

03 JUL 1968

Jornal de Brasília

ANC p2
Oswaldo Peralva

Constituinte e democracia

Com quase ano e meio de funcionamento, a Assembleia Nacional Constituinte aproxima-se do fim de seus trabalhos. Já dura o dobro da média de tempo consumido pelas anteriores. Nenhuma delas, porém, auscultou tanto o pensamento das camadas populares como a presente Assembleia, recolhendo e triando milhares de sugestões, propostas, emendas.

Grupos de pressão alteraram, muitas vezes, o rumo inicial, deixando a impressão digital em relevantes preceitos constitucionais. É o caso da União Democrática Ruralista, que inviabilizou os projetos de efetiva reforma agrária. Mas houve casos, de outro lado, em que um deputado, como Fernando Gasparian, apenas com a força de seus argumentos, conseguiu modificar o sistema financeiro — o que está levando os banqueiros a mobilizarem céus e terra para derrubar sua emenda no segundo turno da votação.

A interferência militar foi também ostensiva e mesmo decisiva em duas questões — a forma de Governo, prevalecendo o presidencialismo contra o parlamentarismo, e o mandato presidencial, vencendo o período de cinco anos, contra a corrente de quatro anos.

Depois das votações finais é que se poderá saber se houve avanço ou retrocesso em relação às passadas Constituições elaboradas em regime democrático. Ou mesmo se ficamos marcando passo, com a simples remoção do entulho autoritário.

Pelo que já se pode considerar definitivo no projeto, nenhuma classificação geral será válida. Isto é, nem retrógrada nem progressista. O analista irá encontrar elementos que, isoladamente, justificam sua classificação desta ou daquela maneira.

Era de supor que o encerramento das atividades da Assembleia Nacional Constituinte, com a elaboração da nova Constituição, representasse ao mesmo tempo o fim do longo período de transição política do regime autoritário para a plenitude democrática.

Não é isso o que acontecerá.

A plenitude democrática pressupõe a plenitude do poder civil, o que significa a despolitização dos militares como corporação. Ao assumir a responsabilidade do governo da República, em 1964, as Forças Armadas passaram a exercer um papel político, que gradualmente vêm abandonando.

Sob o governo Geisel, com a abolição da censura à imprensa e outras medidas (e apesar de retrocessos como o fechamento do Congresso Nacional e a cassação de mandatos), iniciou-se o processo de transição, que prosseguiu no governo Figueiredo, quando os governadores estaduais voltaram a ser eleitos por sufrágio popular.

O fracasso da campanha pelas diretas-já, com a derrota da emenda Dante de Oliveira, obrigou as forças de oposição a buscarem uma solução de compromisso com as forças da situação, ou melhor, com a parte mais lúcida dessas forças, para a transferência do poder político aos civis.

A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral foi o fruto desse compromisso. Mas grupos continuistas, encastelados no governo central, tentaram evitar de vários modos a transferência. Para barrar essa tentativa, foi de grande importância a determinação de alguns chefes militares.

Hoje eles são um dos principais sustentáculos do governo central, já que o apoio partidário, antes consubstanciado na Aliança Democrática, lhe tem faltado em momentos cruciais. E os partidos que a compunham se acham internamente divididos. Assim, somente as próximas eleições presidenciais, levando de novo para as ruas as multidões cívicas, poderão consolidar o poder civil e o regime democrático.

Oswaldo Peralva é jornalista e secretário de Comunicação Social do GDF.